



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

PARECER - TJ/AM/AJAP/TJ

Trata-se de processo administrativo no qual a Assessoria de Cerimonial, através do Documento de Formalização de Demanda CERIMON/TJ (1525322), solicita a contratação de empresa para fornecimento de kits de almoço individuais durante a **Semana Nacional do Registro Civil - "REGISTRE-SE"**, a realizar-se nos dias 13, 14 e 15 de maio do ano em curso, das 08h às 14h, a fim de atender o corpo de trabalho.

A Secretaria de Planejamento (1529769) manifestou-se favorável à aquisição dos referidos serviços por estarem em consonância com o Plano Estratégico 2021-2026, porém ressalta que a aquisição pretendida **não está prevista** no Plano de Contratações Anual (PCA 2024) conforme especificado no item 1 do ETP.

O Secretário de Administração (1530013) ressaltou "que o código PCA **DVCOP-2024-33** encaixa-se perfeitamente na demanda ora em comento, posto que se trata de "contratação de serviço de buffet sob demanda", e possui saldo suficiente para execução da contratação pretendida".

Efetuada a pesquisa de mercado, consolidada no Mapa de Preços (1548493), foi selecionada a proposta de MENOR PREÇO GLOBAL da empresa TRISEVEN SERVICOS DE TERCEIRIZACAO LTDA no valor total de **R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais)**.

A Secretaria de Orçamento e Finanças emitiu Nota de Dotação 2024ND0001525 (1549269) no valor indicado e informou (1549502) que, em 25/05/2024:

- (1) **NÃO HÁ REGISTRO** da emissão de empenho na Natureza de Despesa **3390.39.41 Fornecimento De Alimentação**, por Dispensa de Licitação, de que tratam os incisos I e II do art. 75 da Lei N.º 14.133, de 1.º de abril de 2021.
- (2) **NÃO HÁ REGISTRO** na SECOF da tramitação de outro processo administrativo, cuja despesa tenha sido classificada na natureza de despesa mencionada, que esteja instruído no sentido de se fazer presumir a realização de contratação por Dispensa de Licitação, de que tratam os incisos I e II do art. 75 da Lei N.º 14.133, de 1.º de abril de 2021.
- (3) **NÃO HÁ REGISTRO** na SECOF da tramitação de outro processo administrativo, cuja despesa tenha sido classificada na natureza de despesa mencionada, que esteja instruído no sentido de se fazer presumir a realização de contratação por Dispensa de Licitação, de que tratam os incisos I e II do art. 75 da Lei N.º 14.133, de 1.º de abril de 2021

É o relatório.

De início, cumpre registrar que o presente parecer fará a análise estritamente jurídica, possuindo caráter opinativo, e abrangendo tão somente os aspectos legais e formais para a regular instrução processual.

Estabelece o art. 37, inciso XXI, da Carta Magna, que a regra é a realização de processo licitatório nas contratações realizadas pelo Poder Público com terceiros. Na mesma esteira, a Lei de Licitações e Contratos - Lei n.º 14.133/2021 determina:

Art. 2º Esta Lei aplica-se a:

- I - alienação e concessão de direito real de uso de bens;
- II - compra, inclusive por encomenda;
- III - locação;
- IV - concessão e permissão de uso de bens públicos;
- V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;
- VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia;
- VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação.

A mesma Lei, no inciso II de seu artigo 75, determina ser dispensável a licitação nos casos de contratação de serviços que não sejam de engenharia ou manutenção de veículos automotores e que envolvam valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos) (valor atualizado pelo Decreto n.º 11.871 de 29/12/2023), alcançando assim a contratação ora pretendida.

Entretanto, **verificam-se ausentes a indicação de qual será o fornecedor do serviço e, conseqüentemente, as informações relacionadas à possibilidade de contratação direta específicas do fornecedor**, quais sejam: a existência, ou não, de emissão de empenho tendo como credor o fornecedor, por dispensa de licitação, assim como a comprovação da regularidade fiscal do fornecedor.

Ante o exposto, esta Assessoria Administrativa **opina favoravelmente à dispensa de licitação, no valor total de R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais), para a contratação de empresa para fornecimento de kits de almoço individuais durante a Semana Nacional do Registro Civil - "REGISTRE-SE", a realizar-se nos dias 13, 14 e 15 de maio do ano em curso, das 08h às 14h, a fim de atender o corpo de trabalho, nos moldes da Lei n.º 14.133/2021, art. 75, II.**

Por fim, ressalte-se que presente contratação direta está condicionada a:

- (b) apresentação de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, válidas no momento da contratação;
- (c) consulta ao SICAF; e
- (d) divulgação do ato autorizador da dispensa de licitação.

Considerando tratar-se de decisão da competência de autoridade superior, submeta-se o presente parecer à apreciação e posterior deliberação, observadas as cautelas de praxe.

É o parecer.

Manaus/AM, 26 de Abril de 2024.

Adriana Souza Carpinteiro Péres

Diretora da Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA SOUZA CARPINTEIRO PERES, Diretor(a)**, em 26/04/2024, às 15:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1551375** e o código CRC **D438371D**.